



Gestão Trabalhista

CIDADES SUSTENTÁVEIS, DEMOCRÁTICAS E PARTICIPATIVAS



Executiva Nacional do PDT – quadriênio 2022–2026

Presidente (licenciado)

Carlos Roberto Lupi

Vice-Presidente (em exercício)

Dep. André Peixoto Figueiredo Lima

Vice-Presidente

Ciro Ferreira Gomes

Vice-Presidente

Sirley Soares Soalheiro

Secretário

Manoel Dias

Secretário Adjunto

André Roberto Menegotto

Tesoureiro

Marcelo de Oliveira Panella (licenciado)

Consultora Jurídica

Mara de Fátima Hofans

Vogal

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Vogal

Marli Rosa de Mendonça

Líder no Senado Federal

Sen. Ana Paula Lobato

Líder na Câmara Federal

Dep. Afonso Antunes da Motta

Vice-Presidente Regional Sul

Dep. Darcil Pompeo de Mattos

Vice-Presidente Regional Sudeste

Ant nio Sérgio Alves Vidigal

Vice-Presidente Regional Centro-Oeste

Dep. Flávia Moraes

Vice-Presidente Regional Nordeste

Vice-Governador

Ronaldo Augusto Lessa Santos

Vice-Presidente Regional Norte

Ant nio Waldez Góes da Silva (licenciado)

Vice-Presidente de Rela es

Institucionais

Sen. Leila Barros

Vice-Presidente de Rela es

Parlamentares

Ant nio Fernandes dos Santos Neto

Vice-Presidente de Combate

  Intol r ncia

Dep. Duda Salabert

Secretário Nacional de

Assuntos de Organiza o

Rodrigo Neves Barreto

Secretário Nacional de Finanças

Eduardo Martins Pereira

Secretário de Organiza o

Estatutária e Administrativa

Fernando Barbosa

Sec. de Rela es Internacionais

Juliana Brizola

Sec. Adjunto de Rela es Internacionais

Márcio Ferreira Bins Ely

Secretária Nacional de

Divulga o e Propaganda

Kariadine de Maria Nascimento

Pacheco Maia

Secretário Nacional de

Assuntos Jurídicos

Marcos Ribeiro de Ribeiro

Secretário Nacional de

Assuntos Econ micos

Everton da Concei o Gomes

Coordenador de Organiza o e Controle

de Repasses Fundo Partidário

Thiago Coelho Castello Branco

Dire o da Funda o Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

Presidente

Manoel Dias

Vice-Presidente

André Peixoto Figueiredo Lima

Secretário-Geral

André Menegotto

Diretora Administrativa e Financeira

Célia Lupi da Rocha

Tesoureiro

Antonio Henrique de A. Filho

Secretário Executivo

Ades Oliveira

Conselho Executivo

Manoel Dias – Presidente

André Peixoto Figueiredo Lima

André Menegotto

Ant nio Henrique de A. Filho

Jorge Gomes O. Brand (Dep. Goura)

Leonardo Rocha Lupi

Mara de Fátima Hofans

Maria Am lia de Souza Reis

Sirley Soares Soalheiro

Conselho Fiscal

Airton Costa do Amaral

Eleine Chaves Ferreira

Elma Cerqueira De La Fuente

Ero ides Aparecida Lessa

Marli Rosa de Mendonça

William Rodrigues Dantas

Conselho Curador

Carlos Roberto Lupi – Presidente

Manoel Dias – Secretário

Angela Maria Rocha

Ant nio Henrique de A. Filho

Fernando Barbosa

Flávia Carreiro A. Moraes

Francisco Flávio Torres de Araújo

Geraldo Tadeu Moreira Monteiro

Isabella M. de Roldão Fiorenzano

Joelma de Moraes Santos

Marcelo de Oliveira Panella

Maria José Latge Kwamme

Martha Mesquita da Rocha

Nelson Marconi

Nelton Miguel Friedrich

Oswaldo Peres Maneschky

Coordenador Regional | Sul

Nelton Friedrich

Coordenador Regional | Nordeste

Roberto Cláudio

Equipe de Trabalho

Secretaria de Comunica o

Leonardo Lupi – Secretário

Elizângela Isaque

Est dio Legalidade

Edevaldo Pereira

Rafael Machado

R dio Legalidade

Alan Kroth

Biblioteca Digital

Vinícius Drumond

Produ o Visual

Guilherme Marçal

Secretaria de Nuclea o

João Cyrilo – Secretário

João Grams

Universidade Aberta Leonel Brizola – ULB

Centro de Memória Trabalhista – CMT

Centro de Forma o de Gestores

Trabalhistas – CFGT

José Carlos Rassier – Coordenador

Ades Oliveira

Assessoria de Rela es Institucionais

Célia Romeiro

Assessoria de Projetos e Convênios

Paulo Leal

Colaboradores

Denise Franco

Gabrielly Santos

João Marcus Luz

J  Abreu

Jovita Rosa

Rodrigo Dias

Apresentação



O objetivo da Cartilha de Gestores Trabalhistas é apresentar como desenvolver “CIDADES SUSTENTÁVEIS, DEMOCRÁTICAS E PARTICIPATIVAS”. Seu conteúdo foi elaborado com base nos fundamentos ideológicos do PDT e as diretrizes estabelecidas no 6º. Congresso Nacional do partido em maio de 2024. Na ocasião, os temas foram desenvolvidos fundamentalmente do resultado de 12 grupos de trabalho constituídos a partir de um amplo debate e rodadas de discussões, consolidado desde os Encontros Regionais em 2023. Na cartilha, apresentamos os eixos de atuação de forma prática aos municípios; principalmente os requisitos, habilidades, competências e o modelo de gestão trabalhista que deve ser acompanhado das ações sugeridas. Nosso entendimento, é que sustentado pelo socialismo democrático moreno, preconizado por expoentes dos PDT como Leonel Brizola e João Goulart, guarda em sua essência o resultado de um conjunto de doutrinas políticas do partido adaptado à realidade brasileira. Sinônimo de trabalhismo, o socialismo moreno não busca abolir o capitalismo e a propriedade privada dos meios de produção, ao contrário, defende uma economia mista onde a propriedade privada possui a estruturante função social. Portanto, a partir de temas afetos como a escola pública de tempo integral e de qualidade; Sistema Único de Educação, o Sistema Cooperativista e prioritariamente as reformas de base do Estado sustentado pelo trabalhismo, temos a convicção que nossos líderes gestores devem estar alinhados com os grandes temas que influenciam o desenvolvimento brasileiro. E para isso, contamos com as formações de Núcleo de Base, ferramenta poderosa para criar vínculos com a militância organizada, os movimentos do PDT e o trabalho popular. Sua principal característica é a pluralidade. Alguns NB já possuem experiência e compromisso em nosso partido em sindicatos e movimentos populares; outros não possuem engajamento algum. O Núcleo de Base é orgânico e é capaz de criar condições de transformar vidas e a consequente a realidade do PDT. Agora o nosso desafio é “sair do papel” e “libertar mentes”!

Após as eleições de 2024, o Centro de Formação de Gestores Trabalhistas, ampliará suas ações formativas e de capacitação, destinadas a definição do “modo trabalhista de governar”, com claras definições estratégicas, visando gerir o governo a serviço da sociedade a partir de um modelo gerencial com adoção de metodologia inovada.

O CFGT, disponibilizará aos gestores públicos o Observatório da Gestão Trabalhista, contendo banco de boas práticas de gestão, com acesso aos indicadores para a elaboração de diagnósticos situacionais municipais e a adoção do Ciclo de Gerenciamento de Políticas Públicas.

Nosso objetivo é formar líderes-gestores e gestoras, que desenvolvam as habilidades de liderança e adquiram as competências necessárias para aprofundar o modelo de gerenciamento focado em eficiência, eficácia e efetividade econômica e social.



Trabalhismo: o caminho transformador pelo Brasil

A história do Trabalhismo no Brasil está diretamente associada a exitosas gestões desde o século XX. A nível federal, os governos de Getúlio Vargas, com as conquistas de direitos fundamentais e a transformação da nação agrícola em uma potência industrial, e o de João Goulart, com as reformas de base, com os avanços em áreas centrais, como a urbana, a eleitoral, a agrária e a educacional.

No âmbito estadual, Leonel Brizola revolucionou o ensino público no Rio Grande do Sul, entre 1959 e 1963, ao multiplicar “brizoletas” – construídas de madeira e revestidas com as cores verde, amarelo e azul - por todo o estado. De um total de cerca de 6 mil unidades de ensino, foram mais de 5.900 escolas primárias, cerca de 280 escolas rurais e urbanas, bem como mais de 130 colégios. A campanha pela alfabetização tornou-se uma política de estado reconhecida pelos gaúchos.

A partir da década de 80, no Rio de Janeiro, o fundador do PDT implantou o ensino integral nos mais de 500 Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) idealizados por Darcy Ribeiro e desenhados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O novo modelo educacional, baseado na educação de qualidade associada a pilares como





cultura, esporte, alimentação e saúde, representou um marco sem precedentes dos “brizolões” no estado fluminense.

Ao falar da atuação pedetista em municípios, cabe ressaltar o ciclo virtuoso de desenvolvimento implementado em Niterói, na Região Metropolitana do Rio, até os dias atuais. Desde o governador Roberto Silveira entre 1959 e 1961, passando pelo seu filho, prefeito Jorge Roberto Silveira, e alcançando os sucessores Rodrigo Neves, que retornará, e Axel Grael, as administrações trabalhistas colocaram a cidade entre os destaques mundiais nos quesitos qualidade de vida, educação e ecologia. A sucessão de vitórias é o pleno reconhecimento popular do modo PDT de governar.

Do Nordeste, atualmente, também desponta outros exemplos de gestões comprometidas com as camadas mais vulneráveis da população. Em Fortaleza (CE) e em Aracaju (SE), José Sarto, que busca a reeleição, e Edvaldo Nogueira mostram como o poder público pode colocar as capitais no rumo do desenvolvimento socialmente responsável.

Com competência, inovação, integração e compromisso popular, o PDT busca fortalecer suas bandeiras e ampliar a atuação em busca da emancipação dos brasileiros e de uma nação justa, democrática e soberana.

Carlos Lupi

Presidente Nacional Licenciado do PDT

SAIBA+
FLO-AP ONLINE DIA/
CONGRESSO





Gestão Trabalhista

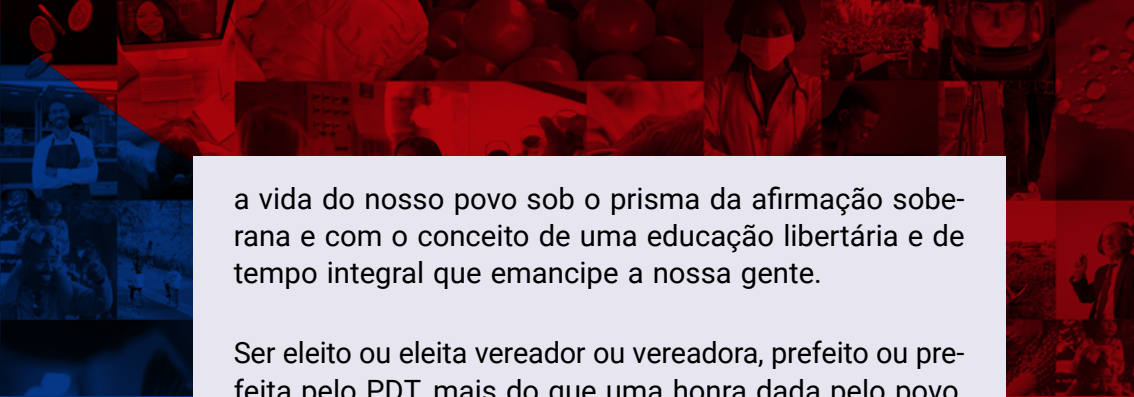
O Trabalhismo brasileiro – com quase um século de serviços prestados ao povo brasileiro – foi a principal e mais combativa força política do século XX. A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, libertou a classe trabalhadora brasileira, estabeleceu a luta de classes e o conceito de mais-valia.

João Goulart tentou modernizar o Brasil com as Reformas de Base – até hoje necessárias e urgentes.

Leonel Brizola, o senhor da educação, da legalidade e da coerência, foi o maior construtor de escolas do Brasil e um dos maiores do mundo.

Estas são apenas algumas das credenciais que tornam o Trabalhismo a única força política transformadora do século XXI. O Partido Democrático Trabalhista – PDT – é o fio condutor desta história; entre os partidos existentes, hoje, é o único que a história credencia e avalia para as mudanças que nosso país precisa, ou seja, REFORMAS ESTRUTURAIS.

Ser gestor trabalhista é carregar esta herança histórica e inovadora, com a missão de transformar



a vida do nosso povo sob o prisma da afirmação soberana e com o conceito de uma educação libertária e de tempo integral que emancipe a nossa gente.

Ser eleito ou eleita vereador ou vereadora, prefeito ou prefeita pelo PDT, mais do que uma honra dada pelo povo, é se posicionar como um agente transformador de sua comunidade, baseado nos princípios que nos unem em nossa legenda.

É sempre bom lembrar: somos o partido da luta de classes, da escola de tempo integral – os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) –, do Programa Médico de Família, o Partido das reformas e do socialismo moreno.

Nesta cartilha, fruto de um amplo debate concluído em nosso 6º Congresso Nacional, pontuamos em diversas áreas os princípios norteadores do Trabalhismo.

Não cabe a um gestor trabalhista ser apenas mais do mesmo, acomodar-se com a mediocridade da política atual e contemporizar com o jogo da manutenção da ordem social da desigualdade e do atraso em que o Brasil se encontra. Temos a obrigação de ser a diferença, a esperança e a justiça social.

Ser gestor trabalhista é construir CIEPs nas cidades, priorizar a educação de qualidade, semear o futuro, defender o trabalhador, a mulher, o negro, o indígena, buscar a modernidade e defender os interesses do nosso povo.

Manoel Dias

Presidente da FLB-AP
Secretário-geral do PDT

SAIBA +
FLB-AP ONLINE DOU/
CONGRESSO





Sumário



A Atuação Trabalhista	8
1. Trabalho, Empregabilidade e Renda	12
2. Educação Integral e Inclusiva	14
3. Meio Ambiente, Sustentabilidade e Crise Climática	16
4. Saúde, Previdência e Assistência Social	20
5. Cidades Sustentáveis e Governança Trabalhista	25
6. Segurança Alimentar, Agricultura e Acesso à Terra	26
7. Ciência, Tecnologia e Inovação	28
8. Justiça, Segurança Pública e Cidadania	30
9. Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	32
10. Direitos Humanos e Movimentos Sociais	35
11. Política Econômica e Soberania Nacional	36
12. Organização e Comunicação Partidária	38



A Atuação Trabalhista

O papel da gestão trabalhista nas localidades é recuperar a razão finalística baseada nas necessidades coletivas. Portanto, temos que mudar o padrão da gestão a partir das cidades. Nossa missão é despertar consciências e estabelecer uma nova base social, legitimada pelo trabalho e suas propostas.

Portanto, cabe registrar que os pilares organizacionais importam na capacidade de governar a serviço da sociedade, resultado da atuação organizada e orgânica das lideranças, a fim de assegurar e potencializar a plena geração de resultados, demonstrados a seguir:

- 1.** Liderança transformadora da realidade (propor nova visão de futuro).
- 2.** Inovação no gerenciamento a partir da identificação de diagnósticos situacionais e da formação de núcleos e comitês de gestão dos programas.
- 3.** Definição da agenda prioritária da gestão, com foco no atingimento das metas do Índice de Desenvolvimento Humano.

- 4.** Direcionamento dos recursos orçamentários com a priorização das metas definidas no planejamento social estratégico.
- 5.** Diálogo plural, a fim de consensuar alternativas para o crescimento econômico local a partir dos fatores endógenos.
- 6.** Centralidade nos princípios da sustentabilidade com nova visão sistêmica orientada para o desenvolvimento integrado.
- 7.** Formatação de políticas públicas de acordo com as diretrizes do estatuto partidário, compatibilizado com as demandas comunitárias e ação integrada com os vereadores e vereadoras trabalhistas.
- 8.** Papel estratégico da liderança para assegurar geração de valor público para a sociedade, mediante a pactuação da agenda da governança.
- 9.** Fortalecimento da cultura democrática com valorização e capacitação dos conselhos municipais (democracia direta e participativa).
- 10.** Criação do conselho político da gestão, de caráter consultivo, com a participação dos núcleos de base e movimentos partidários organizados.
- 11.** Apoio ao contínuo e permanente processo de capacitação dos agentes políticos administrativos trabalhistas (executivo e legislativo), com foco na formação de líderes para a gestão de cidades.
- 12.** Zelo pela ética nos negócios públicos e ampliação dos canais de transparência e prestação de contas a comunidade das ações do governo.

Considerando as evidências e indicadores municipais confiáveis, apresentamos as 12 Diretrizes que norteiam a gestão trabalhista no âmbito da gestão pública:

- 1.** Adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na implementação das políticas públicas, com foco na formação de cidades emancipadoras com capacidade de prevenção e resposta aos efeitos climáticos.
- 2.** Implementar planejamento social estratégico e ciclo de gerenciamento de políticas públicas.
- 3.** Investir na formação e valorização de gestores e servidores, como forma de melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos.
- 4.** Criar e ampliar instrumentos de transparência e integridade na gestão, enfatizando a ética no gerenciamento dos negócios públicos.
- 5.** Desenvolver a economia local, socioambiental, tecnológica-nacional em toda a sua amplitude, promovendo a transição energética.
- 6.** Investir na qualificação profissional da população empobrecida para o empreendedorismo e geração de emprego, trabalho e renda.




- 7.** Acessibilidade com foco no direito urbano para todos e mobilidade, priorizando o transporte público de qualidade.
- 8.** Fortalecer práticas de participação social em todas as instâncias de planejamento e avaliação das políticas públicas, com foco no desenvolvimento territorial respeitando o patrimônio histórico-cultural.
- 9.** Fortalecer a ideologia trabalhista e as práticas pedestristas de governança pública, priorizando para as respectivas funções, os quadros partidários.
- 10.** Criar Conselho Municipal de Governança Pública, de caráter consultivo, como fórum que integrará, a cada semestre, encontro com todos os Conselhos setoriais, como espaço de legitimação da agenda de governança local.
- 11.** Propor e implementar políticas que promovam o acesso a direitos sociais às mulheres, população LGBTQIAPN+, negros, crianças, juventude, idosos, PCDs, povos tradicionais e originários.
- 12.** Promover a paridade de gênero e representatividade étnico-racial na composição dos espaços de tomadas de decisão na administração pública.





1. Trabalho, Empregabilidade e Renda



- 
- a)** Realizar a qualificação profissional, chamando para a parceria, os sindicatos de trabalhadores e as empresas, fomentando o tripartismo.
 - b)** Criar frentes de trabalho, fomentando o emprego e enfrentando os problemas sociais como habitação e construção de escolas, creches e postos de saúde.
 - c)** Criar política de proteção aos desempregados, estimulando a recolocação profissional e geração de renda.
 - d)** Apoiar e desenvolver ações que promovam a transição do modelo de produção linear para uma economia circular, de modo a incentivar o uso eficiente dos recursos naturais e das práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva, utilizando os Instrumentos de Transformação e Tecnologias Sociais, prevendo o associativismo e o cooperativismo.
 - e)** Propor instrumentos financeiros e de gestão de auxílio à economia circular a partir do estabelecimento de ações conjuntas, destinadas a fomentar a capacitação e a qualificação profissional, o acesso à modernização tecnológica e de outras ações convergentes, estimulando políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

GT1: Trabalho, Empregabilidade e Renda
Antonio Neto, Gleydes Sodre, Alvaro Egea



2. Educação Integral e Inclusiva

- a) Zerar a fila de vagas em creches
- b) Aderir e promover programas e projetos que garantam a permanência na escola, com equidade e qualidade
- c) Primar pelo financiamento ampliado e bem gerido
- d) Promover a transformação das Escolas de tempo integral
- e) Plano municipal para primeira infância
- f) Priorizar a Plano de carreiras Valorização dos Profissionais da Educação, mediante a criação, revisão e/ou aprovação dos Planos de Carreiras, a uma nova formação de professores
- g) Garantir a cidadania e a continuidade do percurso escolar, evitando a evasão.



- h)** Desenvolver programas e projetos que garantam a permanência na escola das crianças e estudantes com necessidades especiais, indígenas, quilombolas, negros e da educação do campo com um currículo voltado a sua realidade, respeitando a sua história, tradições, costumes e valores.
- i)** Reformar a infraestrutura, segurança, conforto e um projeto político-pedagógico voltados para as necessidades da comunidade escolar.
- j)** Implementar a gestão democrática, prevista na CF/1988, LDB 9394/96 e no PNE garantindo a participação de todos no Projeto Político Pedagógico da escola.
- k)** promover a integração intersetorial nas escolas municipais a partir de parcerias nos mais variados setores como: saúde, cultura, esportes, desenvolvimento sustentável, mobilidade urbana e defesa civil e outros.
- l)** Promover sistemática de monitoramento e avaliação de indicadores garantindo o “jeito trabalhista de governar”.

GT2: Educação Integral e Inclusiva
Alda Souza, André Stábile



3. Meio Ambiente, Sustentabilidade e Crise Climática

1. Propor (ou ampliar) Plano Municipal de **Adaptação** (*diminuir as consequências negativas da crise climática*), **Mitigação** (*combater as causas geradoras das mudanças climáticas*) e de **Transformação** (*desenvolvimento inclusivo e sustentável, novos padrões de produção e consumo*), às mudanças climáticas com ampla e permanente participação da sociedade local.
2. Instituir Observatório Municipal do Clima e Saúde.
3. Implantar os 12 eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis (dimensões social, ambiental, climática, econômica, política e cultural no planejamento urbano e rural);
4. Avançar, com metas, a posição do município no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – IDSC - e nortear iniciativas à luz da Agenda 2030 Local (“fazer o global com os locais”), Nova Agenda Urbana Habitat II, Estatuto da Cidade e a Plataforma Ambiental (Frente Ambientalista).
5. Implantar **Projeto Água, Matriz da Vida**, com Governança e Cultura da Água, política pública



sistêmica/multifacética, tendo água como centralidade (segurança hídrica, multiuso, reuso, reaproveitamento, redução de perdas e desperdícios, conservação de mananciais, manejo adequado de solo-água-árvore-biodiversidade- cuidado, saneamento básico e recuperação de passivos ambientais via gestão participativa por bacias/ microbacias hidrográficas).

- 6.** Criar **Projeto de Pagamento por e em Serviços Ambientais** e estabelecer iniciativas de certificação, premiação/incentivo (inclusive tributário) às boas práticas, inclusive às cadeias produtivas sustentáveis.
- 7.** Aprofundar - no Plano Municipal de Educação a Ambiental - a Climática, os 17 ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (em especial o ODS 4 e metas, inclusive as específicas assumidas pelo Brasil), com extensão aos campos da educação não formal, difusa e educomunicação nas comunidades e também a construção da Cultura da Sustentabilidade.
- 8.** Ter metas – conectadas com os demais Eixos da Cartilha e compartilhadas num pacto

público-privado-sociedade civil – de melhoria do bem-estar das pessoas (desde iniciativas de diminuição das desigualdades locais, ações de saúde preventiva e curativa) percebidas no conceito da OMS de saúde como o “estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” até outras inovações como a implantação de infraestruturas urbanas e rurais sustentáveis, transição energética, moradia e mobilidade urbana sustentáveis e saudáveis (com diversos modais, transporte público sustentável, confortável e acessível, sistema cicloviário integrado, acessibilidade para pedestres nos bairros), segurança alimentar e nutricional sustentável e de preferência produção local, arborização urbana, parques públicos, áreas de “bem viver”.

- 9.** Instituir Centro Sustentabilidade - Presente e Futuro de Todos - (pluralista) de formação, capacitação e difusão de conhecimento, informação, pesquisa, tecnologia, infraestrutura digital, desenvolvimento sustentável, trabalho decente, novos negócios, parcerias, memória viva (acompanhamento de experiências bem sucedidas) objetivando o município ser REFERÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE.

- 10.** Ampliar a dinâmica desenvolvimentista local com as novas e crescentes oportunidades de geração de trabalho, emprego, renda, empreendedorismo socioambiental, negócios, cadeias produtivas existentes e novas (de valor) e tantas outras “janelas abertas da pauta da sustentabilidade”. Como? Com as especificidades locais, avançar na Economia Criativa (majoritariamente local), a criatividade como fator econômico

determinante para muitos setores e empresas, em especial com menos extração de recursos da natureza e mais geração de riqueza com reaproveitamento), Bioeconomia (bioenergia, bioagricultura, alimentação saudável, serviços ambientais, biofármacos, bioinsumos, polímeros biodegradáveis, química verde, bio-industrialização, bioprodutos, etc); Economia Circular (em especial na gestão e processamento de resíduos sólidos e orgânicos/lixo zero) Economia Solidária, Compartilhada, Ecoturismo, Economia do Cuidado, Compras Locais.

- 11.** Instituir **Programa Municipal de Compras Públicas Locais** com Critérios de Sustentabilidade e de Inovação.
- 12.** Ousar na ideia de um **Projeto Municipal de Desenvolvimento Sustentável – PMDS**. Inspirado no ideário trabalhista de um imprescindível Projeto Nacional, histórico e insuperável marco da Era Vargas, fomentar a reflexão “o que somos e onde queremos chegar”, via planejamento estratégico participativo para o hoje e o amanhã, com objetivos estruturantes/transformadores e metas consistentes (que devem ir além de uma gestão) no político, econômico, social, ambiental, climático e cultural. Pacto de PROSPERIDADE e BEM-ESTAR para TODOS.

GT3: Meio Ambiente, Sustentabilidade e Crise Climática
Nelton Friedrich



4. Saúde, Previdência e Assistência Social

a) Saúde:

- ▶ Garantir a oferta e o cuidado por meio da saúde única (interação entre pessoa, animal e meio ambiente), a partir da implementação de políticas, programas e ações de saúde, no âmbito municipal, com especial atenção às pessoas mais vulneráveis residentes no município, articulando com a rede de proteção social e com outros setoriais tais como educação, alimentação e nutrição, segurança.
- ▶ Investir no acesso da população às ações e serviços de saúde, às vacinas, aos medicamentos e outros insumos principalmente os de uso contínuo, por meio da criação de farmácias pólos e programa de entrega em domicílio para pessoas idosas e para pessoas com deficiência, aos meios de diagnóstico e tratamento com base nas novas tecnologias e no melhor custo/benefício para a população, à recuperação física e funcional no processo de reabilitação, assegurando a manutenção dos equipamentos/unidades de saúde

existentes e a ampliação da força de trabalho e das estruturas físicas principalmente das unidades de atenção primária (postos de saúde), dos Centros de Especialidades Odontológicas, Unidades de Pronto Atendimento, Policlínicas, Centros de Reabilitação Física e Hospitais secundários e ou Terciários (de acordo com a população e orçamento do tesouro municipal), zelando pelo cuidado humanizado e a assistência no tempo certo, com resposta rápida nas urgências e emergências e na assistência domiciliar de qualidade, com atenção ao gerenciamento operacional dirigido à regulação das vagas para referência e contra referência no SUS e nos serviços complementares/conveniados com base na avaliação de risco de morte e nas regras de prioridade, sem qualquer discriminação, visando resolutividade, ajuste no controle por meio do desempenho monitorado do sistema de informação em saúde e a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da população.

- ▶ Implementar o componente municipal do sistema de auditoria local do SUS, promovendo um programa de integridade para a secretaria de saúde e fiscalizando hospitais e clínicas conveniadas, gerando transparência e uma gestão baseada nas boas práticas da administração pública.
- ▶ Defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde com a entrada no SUS municipal por meio de concurso público e a implantação de plano de cargos e carreira, buscando a valorização dos(das) profissionais e trabalhadores(as)

da saúde com a implementação de uma política municipal de saúde do trabalhador e da trabalhadora ou a expansão onde já houver, principalmente considerando as morbidades e as sequelas pós epidemia de COVID-19.

- ▶ Ampliar a Rede de Atenção Primária à Saúde, ordenadora e porta preferencial de acesso ao sistema local de saúde, com o devido reforço e a articulação com a Rede de Atenção Psicossocial, ofertando o cuidado com as pessoas de modo humanizado, inserindo as práticas integrativas e complementares na atenção à saúde, baseado nas diretrizes e políticas nacionais para a assistência em saúde mental, com atenção voltada especialmente para as crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos, trabalhadores e trabalhadoras, considerando o recorte de raça e etnia, a diversidade e as interseccionalidades populacionais, assim como, também, considerando as pessoas vulneráveis submetidas a situações de violência e/ou em situação de rua, principalmente aquelas adictas ao álcool e outras drogas, implementando fluxos e o processo de reabilitação articulado entre os setores da seguridade social (saúde, assistência e previdência social).



b) Previdência:

- ▶ Defender os direitos dos(as) segurados(as) do INSS, e identificar o parlamentar que votou a favor da retirada de direitos e assumir a defesa da não desvinculação dos benefícios ao salário-mínimo, considerando o quantitativo de segurados(as) e benefícios(as) pagos pelo INSS.



c) **Assistência Social:**

- ▶ Implantar (nos municípios onde se aplicar) estrutura de equipamentos específicos no âmbito do SUAS para as Comunidades Indígenas, Tradicionais Quilombolas e Ribeirinhas levando em consideração o Fator Amazônico.
- ▶ Defender a unificação dos critérios de escolha para Conselhos Tutelares de âmbito federal estabelecendo a aplicação de prova de conhecimentos específicos de forma nacional para todos os municípios, em data única, aos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) e atualização das Leis Municipais em consonância com a legislação federal e Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).
- ▶ Garantir que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no âmbito municipal, seja uma Política Pública de continuidade, com percentual fixo de orçamento e investimento contínuo.
- ▶ Fortalecer a Política de Educação Permanente e Continuada dos profissionais que atuam na Política Pública de Assistência Social.
- ▶ Garantir estratégias de participação comunitária e social.
- ▶ No âmbito partidário, formar e capacitar quadros para atuação em políticas de assistência social/SUAS em parceria com a *Fundação Leonel Brizola–Alberto Pasqualini*, tendo o trabalhismo



como mola propulsora de emancipação social das pessoas.

- ▶ Implementar *Núcleos de Base de Assistência Social e Proteção à Criança e ao Adolescente*, conforme Ofício Circular 016/2023 FLB-AP de 22 de novembro de 2023 com os diretórios estaduais e municipais.

GT4: Saúde, Previdência e Assistência Social
Cristina Brasil, Anderson Fogo, Robertha Arrais,
Márcio Aurélio, Jovita Rosa, Alcione Moura

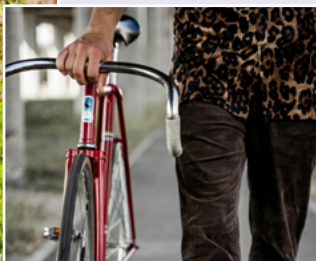


5. Cidades Sustentáveis e Governança Trabalhista



- a) Implementar e adequar do Estatuto da Cidade, orientando para o desenvolvimento integrado e sustentável.
- b) Adotar o Planejamento Social Estratégico, com foco na gestão de resultados, a partir da adoção do Ciclo de Gerenciamento das Políticas Públicas, com foco na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- c) Criar o Conselho Municipal da Governança Pública e o Conselho Político da gestão, de caráter consultivo, com a inclusão dos representantes dos *Núcleos de Base* e demais movimentos organizados.

GT5: Cidades Sustentáveis e Governança Trabalhista
José C. Rassier





6. Segurança Alimentar, Agricultura e Acesso à Terra

- a) No âmbito partidário estabelecer os *Núcleos de Base* municipais PDT/JOSUÉ DE CASTRO, como organizações partidárias independentes que atuam com finalidade específica e servem como modelo de formulação de iniciativas comunitárias no combate à fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional, aproveitando-se dos conhecimentos e saberes locais, com a participação de vários segmentos envolvidos no sistema alimentar municipal.
- b) Instituir e/ou estruturar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) – O COMSEA é um grupo formado por membros da sociedade civil e membros do poder público e que irá articular a relação entre a gestão do governo e a sociedade civil, para implementação das políticas públicas e acesso a recursos do Governo Federal para políticas e programas como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias.





- c) Estimular a formação de Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares para a produção local de alimentos. A formação de associações e cooperativas de produção de alimentos, composta por pequenos produtores rurais, facilita a assistência técnica aos produtores e o acesso ao crédito para investimento e custeio de sua produção, superando os dois principais obstáculos para o desenvolvimento da agricultura familiar e os modelos de produção agroecológica e orgânica.

GT6: Segurança Alimentar, Agricultura e Acesso à Terra
Edevaldo Pereira, Frederico Cunha



7. Ciência, Tecnologia e Inovação

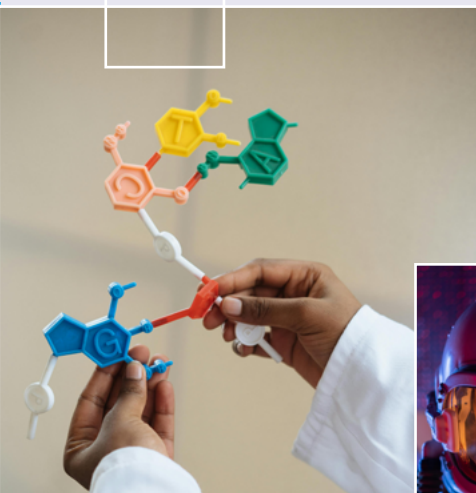
- a) Estabelecer que a Ciência e a Tecnologia estejam no centro da definição das políticas públicas. Para isso, faz-se necessário redirecionar e redimensionar o financiamento de pesquisas, especialmente as pesquisas aplicadas na área tecnológica, que visem a produção de bens e serviços em larga escala, sem perder de vista as pesquisas de longo prazo, preferencialmente em parcerias com as universidades e institutos federais, onde é preciso realocar investimentos, e acabar com a setorialização que engessa as possibilidades de novos projetos. Nas universidades deve-se valorizar especialmente as pesquisas e projetos que desenvolvam produtos imediatamente úteis à sociedade. Lembrando que toda fabricação de produto começa pelo protótipo. Nas escolas públicas, financiar as oficinas vocacionais, fábricas de aprendizagem de ciência e tecnologia, estímulo para o aparecimento de futuros cientistas.
- b) Unificar as políticas de financiamentos públicos destinando-os ao fortalecimento de indústria de grandes números, como a automobilística, de fármacos, eletrônica e de bens de capital.



- c) Realizar ações de influência junto aos parlamentares, políticos e ocupantes de cargos públicos para que elaborem projetos e direcionem recursos do orçamento e de emendas para programação de ciência e tecnologia na grade dos veículos de comunicação locais.

GT7: Ciência, Tecnologia e Inovação

Coordenadora: **Jô Abreu, Flávio Tores, Edgar Dias**



SAIBA+
FIC-AP 2016.BR/
CONGRESSO





8. Justiça, Segurança Pública e Cidadania

O Estado que queremos é o Estado Relacional, tendo no Trabalhismo a sua orientação teórica e programática, sob revisão permanente. O “Paradigma E”, aprovado no âmbito do 6º Congresso Nacional do PDT, propõe articular ações sociais de caráter preventivo, alcançando as raízes socioculturais da violência, e ações de repressão qualificada com inteligência e alta tecnologia, em que o diagnóstico e a previsibilidade estivessem no eixo das posteriores ações. Esta nova relação federativa coloca o município como ator central da política de segurança pública bem como o faz ter protagonismo na execução de ações de prevenção da violência. Do conceito, derivam propostas:

- a) Criar e estruturar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – espaço de diálogo e formulação de ações conjuntas entre secretarias da prefeitura, conselho tutelar, polícia civil, polícia militar, guarda civil municipal, representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário e outras forças organizadas considerando as especificidades da cidade.
- b) Formar inicial e continuamente a Guarda Civil a partir dos conceitos de policiamento de proximidade e cidadão;




- c)** Articular ações sociais de prevenção à violência, orientada pela política de segurança e cidadania, combinando presença da Guarda e da rede de proteção do município para dar efetividade ao trabalho do Conselho Tutelar, CRAS, Caps, patrulha Maria da Penha e justiça restaurativa.
- d)** Fiscalizar o Código de Postura, o Código Ambiental e o Código de Obras do município a fim de harmonizar a relação da sociedade e poder público.
- e)** Apresentar política pública de segurança, estratégias de desenvolvimento à cidadania jovem, à cidadania negra e da periferia, enfrentando a violência doméstica e em sociedade, afastando qualquer tipo de discriminação à mulher, aos idosos, indígenas, comunidade LGBTQIAPN+, como também, capacitar detentos(as) para reintegração social e inclusão no mercado de trabalho.

GT8: Justiça, Segurança Pública e Cidadania
Dep. **Martha Rocha, Nado Teixeira**



9. Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

- a) O PDT deve buscar aplicação das políticas públicas de Turismo de forma inclusiva e diversificada, com previsão de investimentos em infra-estrutura turística, no turismo cultural e de eventos, que potencializem os grandes centros urbanos e que movimentem serviços de uma cadeia de produção bastante ampla e diversificada. Pautar o turismo rural como meio de combater o êxodo, buscando sustentabilidade e dignidade nos postos de trabalho do campo, em cooperativas e associações de trabalhadores ligados ao setor. A geração de postos de trabalho e a devida formação e qualificação no setor turístico, bem como o fomento a serviços locais, como hote-laria, gastronomia e transportes deve ser uma prática das gestões do PDT.
- b) Criar, na Secretaria Municipal de Cultura, um fluxo acessível de comunicação entre os demais órgãos componentes da Administração Pública, para comunicar as medidas culturais e artísticas levadas a efeito, para o perfeito entrosamento de ação da administração pública municipal; apoiar e articular junto a sociedade civil organizada, a realização de feiras, congressos e seminários no município.

- 
- c)** Instituir uma Comissão Especial de Pesquisa dentro da Secretaria de Cultura, para fins de estudos que visem o aproveitamento dos recursos naturais do município para fins turísticos; bem como, para a coleta, guarda, conservação e preservação de documentos e demais peças que compõem a memória e o acervo artístico, histórico e arqueológico do município.
 - d)** Instituir Leis para criação de Programas Municipais de Fomento à Cultura Periférica e Cultura do Campo, objetivando apoiar financeiramente coletivos artísticos culturais que atuam há 3 anos ou mais nas periferias ou nas áreas rurais do município.
 - e)** Criação de Projeto de Lei que institui o dia municipal do livro, para realização de feiras, mostras e outros eventos relacionados a difusão do livro e dos escritores locais.

- f) A pauta do Lazer deve ser vista como um fundamento do *socialismo* e do *trabalhismo*. Cabe ao PDT refletir sobre a questão do tempo destinado ao Lazer como direito da classe trabalhadora, que deve ser reivindicado e inserido na jornada de trabalho. As políticas públicas de Lazer devem ser associadas às investimentos e adequação de novos espaços de urbanos.
- g) consolidação da Lei Geral do Esporte, uma legislação construída no Senado que regulamenta a prática desportiva no país e consolida a atividade em um grande arcabouço jurídico. O PDT pauta a oferta de estrutura para o Esporte no Brasil, como meio de transformação social e como promotor da cidadania. O partido incentiva a construção de quadras esportivas, pistas de atletismo, skate, ciclovias e esportes de características urbanas, e também a valorização do esporte na zona rural, valendo-se das potencialidades naturais de nosso território e combatendo a especulação imobiliária sobre os campos de futebol e espaços de esporte nos bairros e cidades brasileiras.

GT9: Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Roberto Viana, Zeca Britto, Nágila de Sousa Freitas

10. Direitos Humanos e Movimentos Sociais




- a) Criar Conselhos Municipais de Movimentos Sociais estabelecendo conselhos específicos para dialogar diretamente com diferentes movimentos sociais presentes no município a fim de fortalecer a participação democrática, promover a inclusão social e assegurar que as políticas municipais reflitam as necessidades e interesses da população.
- b) Implantar Programas de Capacitação e Formação para líderes de movimentos sociais, com foco em áreas como gestão de projetos, captação de recursos e comunicação estratégica realizando parcerias com outras instituições.
- c) Criar o Fundo Municipal de Apoio aos Movimentos Sociais a partir do município destinado ao financiamento de projetos e iniciativas desenvolvidas pelos próprios movimentos, a ser gerido de forma transparente, priorizando projetos que promovam a inclusão, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.



11. Política Econômica e Soberania Nacional

- a)** Instituir como meta a aquisição de selos de certificação que reforcem nossa vocação internacional para temas ligados ao Meio Ambiente, com especial destaque para o selo de “Cidade Árvore do Mundo”, concedido pelo programa *Tree Cities of The World*, administrado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pela *Arbor Day Foundation*. O selo reconhece a cidade não apenas pela quantidade de árvores plantadas, mas também pelo planejamento, gestão e cuidado com as chamadas “florestas urbanas”. Os municípios com esse selo são conectados em uma rede dedicada a compartilhar e adotar as abordagens mais bem-sucedidas para gerenciar árvores e florestas comunitárias.
- b)** Instituir, em conjunto com o governo central, programas de industrialização que sejam, também, capazes de garantir investimentos para a criação de cidades esponja, com estímulos à produção e construção de telhados verdes, parques alagáveis, calçamentos permeáveis e praças-piscina. E no caso dos municípios que possuam indústrias de base, deve-se buscar sua reestruturação, por intermédio de políticas públicas



capazes de induzir o redesenho de seus processos com vistas à uma maior sustentabilidade ambiental.

- c) Defender a instituição de parâmetros conceituais que sirvam de referência para o teto e o piso da taxa referencial (TR) de juros, assim como ocorre com as metas de inflação. Isso serviria de elemento garantidor de neutralidade técnica na definição dos valores da SELIC. Paralelamente, os Trabalhistas devem defender a substituição do IPCA por um conjunto de indicadores para avaliação do ciclo inflacionário. Com isso, o orçamento municipal seria poupado e retomaria sua robustez em capacidade de investimento público. Considerando que o endividamento de estados e municípios é afetado pela taxa de juros, os *Gestores Trabalhistas* municipais deverão essa alteração de indicador por meio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).


GT11: Política Econômica e Soberania Nacional
Nelson Marconi, Aureo Gomes, Luiz Lemos



12. Organização e Comunicação Partidária

Abrigamos nessa última parte a “Organização e a Comunicação Partidária”, enfoque transversal de nosso partido que como uma “quilha” em uma embarcação ajuda a manter o equilíbrio, orientando o barco rumo aos ventos perfeitos.

- a) Fundamentado no compromisso histórico do Trabalho com as causas populares e nacionais, implementar **Movimentos e Núcleos de Base**, fortalecer sua autonomia organizativa e estimular debates e ações para a transformação social.
- b) Com os Movimentos e Núcleos de Base devidamente organizados e reconhecidos pelas instâncias partidárias, criar **Conselho ou Comissão** para fortalecer a representatividade da militância na vida partidária.
- c) Manter agenda permanente de encontros e reuniões com a base partidária e promover cursos e seminários para **formação e capacitação** política e técnica de seus quadros.

- 
- d) Organizar ambientes de comunicação integrada, intra e extrapartidários, a fim de formar **conexão com as instâncias diretivas**, fortalecer a unidade e a atuação local da militância e de simpatizantes do PDT.
 - e) Estimular **novas candidaturas**, com base na diversidade e na inclusão e promover a cultura do respeito e da igualdade.
 - f) Estabelecer relações permanentes, críticas e propositivas, com integrantes da gestão pública municipal, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, para resolução de problemas do seu cotidiano e em defesa da **democracia popular e participativa**.

GT12: Organização e Comunicação Partidária
Oswaldo Maneschy





"A educação é o único caminho para emancipar o homem. Desenvolvimento sem educação é criação de riquezas apenas para alguns privilegiados."

Leonel Brizola

Dito na sede da União Nacional de Estudantes (UNE),
no Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1961



PDT.ORG.BR

f pdt.org.br — X pdt_nacional — @ pdt_nacional



Núcleos
deBASE



RÁDIO
LEGALIDADE



CENTRO DE MEMÓRIA
TRABALHISTA

DISPONÍVEL NA
BIBLIOTECA DIGITAL

Aponte seu celular e saiba mais!



FLB-AP.ORG.BR

f @ fundacaoleonelbrizola — X flbapnacional — p pdtulb

SEDE NACIONAL — RIO DE JANEIRO
Rua do Teatro, 39 - 2º andar, Centro,
CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 3570-5901

SEDE NACIONAL JOÃO GOULART — BRASÍLIA
SAFS (Setor de Autarquias Federais Sul),
Quadra 2, Lote 3, CEP: 70.042-900, Brasília-DF
Tel.: (61) 3224-9139 / 3322-8425 / 3225-6399

